

CAPITAL, TRABALHO, TERRITÓRIO E SUSTENTABILIDADE: a Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro

CAPITAL, TRABAJO, TERRITORIO Y SOSTENIBILIDAD: la Geografía Agraria en las contradicciones del desarrollo brasileño

Antonio Thomaz Junior

Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da FCT/UNESP/Presidente Prudente;
Pesquisador PQ/CNPq; Coordenador do CEGeT
thomazjunior@gmail.com

Resumo

Neste estudo destacamos a importância das orientações, ações e inserção em grupos de pesquisas como formas importantes para conhecer e aprofundar os estudos e entendimento dos problemas a respeito das estratégias territoriais do capital, além de outras questões que estão diretamente vinculadas aos desrespeitos, descumprimentos das leis, acordos coletivos, contratos, constituição e demais normativas legais e, conseqüentemente, aviltam as condições de trabalho e vida dos trabalhadores no Brasil. Questionamos o que se entende como sendo atividade laboral, do ponto de vista analítico e conceitual. Os conflitos territoriais podem ser uma porta de entrada para entendermos esse movimento do trabalho, que definimos como *plasticidade* do trabalho. Podemos oferecer à Geografia Agrária um entendimento crítico em relação às diferentes formas de expressão e manifestação do trabalho, ou uma análise das formas, vamos dizer assim, que se cristalizam no campo ou na cidade. Esse conceito nos tem ajudado a entender que o trabalho não acabou. Nunca se trabalhou tanto no mundo, e sim o que está acabando é o trabalho regular, com direitos, ou o emprego formal, com registro em carteira. E com isso, o trabalho continua ocupando centralidade. Temos que dar visibilidade às diferentes formas de explicação, de controle, as doenças ocupacionais, enfim, e tornar visível esses processos. Não devemos distanciar da materialidade do fato do trabalho, ou seja, como ele se expressa nos diferentes lugares, da forma que identifica cada uma das suas expressões nos lugares. Não cabe somente denúncia, mas continuarmos acreditando que esse um modelo que não serve para os trabalhadores, e não serve para a sociedade. Esse é, pois, um divisor de águas para nós, pois nos põe vigilantes em torno das contradições e fissuras da luta de classes e, conseqüentemente, dos destinos que apostamos para a construção de uma sociedade liberta do capital.

Palavras-chave: Capital. Trabalho. Território. Sustentabilidade. Brasil.

Resumen:

En este estudio destacamos la importancia de las orientaciones, acciones e inserción en grupos de investigación como formas importantes para conocer y profundizar tanto el estudio como el entendimiento de los problemas con respecto a las estrategias territoriales del capital, además de otras cuestiones que están directamente vinculadas al

irrespeto e incumplimiento de las leyes, acuerdos colectivos, contratos, constitución y demás normativas legales y que, por consecuencia, envilecen las condiciones de trabajo y vida de los trabajadores de Brasil. Cuestionamos lo que se entiende como actividad laboral, desde el punto de vista analítico y conceptual. Los conflictos territoriales pueden ser una puerta de entrada para entender ese movimiento del trabajo, que definimos como *plasticidad* del trabajo. Podemos ofrecer a la Geografía Agraria un entendimiento crítico en relación a las diferentes formas de expresión y manifestación del trabajo, o un análisis de las formas, por poner un ejemplo, que se cristalizan en el campo o en la ciudad. Ese concepto nos ha ayudado a entender que el trabajo no acabó. Nunca se trabajó tanto en el mundo, aunque sí se está acabando con el trabajo regular, con los derechos, o con el empleo formal con cartera de trabajo. Así, el trabajo continua siendo central. Tenemos que dar visibilidad a las diferentes formas de explicación, de control, las enfermedades ocupacionales, en fin, tornar visibles esos procesos. No debemos distanciar la materialidad del acto del trabajo, o sea, cómo él se expresa en los diferentes lugares, de la forma que identifica cada una de sus expresiones en los lugares. No cabe solamente la denuncia, pues continuamos creyendo que ese es un modelo que no le sirve a los trabajadores, y no le sirve a la sociedad. Ese es, pues, un divisor de aguas para nosotros, ya que nos pone vigilantes en torno a las contradicciones y fisuras de la lucha de clases y, consecuentemente, de los destinos que apostamos para la construcción de una sociedad liberada del capital.

Palabras clave: Capital. Trabajo. Territorio. Sustentabilidad. Brasil.

Primeiramente bom dia, a todos e a todas!

Para mim é um prazer muito grande estar aqui, fazendo as contas muito rapidamente. Eu conclui há pouco que eu participo do ENGA desde o terceiro encontro, que foi realizado em 1980, me corrijam, no Hotel Simon no Parque Nacional de Itatiaia no Rio de Janeiro.

Eu estou vendo ali a Guiomar, a Rosa Ester, conheço essas pessoas há muitos anos, enfim esses companheiros e tantos outros que estão aqui. Em 1983 foi aqui nessa Universidade Federal de Uberlândia, que ocorreu o IV ENGA.

Bem, é sempre um prazer muito grande estar revendo os companheiros e saber que a gente tá conseguindo somar não é, com todos vocês ao longo das nossas respectivas trajetórias. Então, quero agradecer imensamente a comissão organizadora por confiar em mim, mais uma vez, para participar dessa Mesa Redonda e me oportunizar discutir com vocês. Eu só peço desculpas porque, infelizmente, não consigo

ter a vida organizada para participar a semana inteira desse evento tão importante para a Geografia brasileira.

Eu quero apresentar para vocês algumas questões que são oriundas das pesquisas concluídas e em andamento, das experiências que eu felizmente tenho conseguido desenvolver ao longo dos últimos anos; e quando eu falo ao longo dos últimos anos, são pesquisas que dobram mais de 25 anos. E aí ao longo dessa trajetória tive a felicidade de conhecer o Beto Novaes e tantos outros companheiros, aos quais nos juntamos a mais de 30 de assessoria sindical, da luta política contra o metabolismo do capital.

Essas trajetórias têm possibilitando a gente pensar, inclusive, um pouco disso que eu quero apresentar para vocês, ok!

A gente poder pensar um pouco a respeito da potência analítica e explicativa dos conceitos que utilizamos. E a minha via de entrada nessa discussão é pela Geografia do trabalho, como todos sabem.

Então, eu quero ver se consigo mostrar para vocês, que o tema que nós temos hoje “Capital, trabalho, Território e Sustentabilidade”, nos põe diante de um grande desafio. O desafio eu diria, sem nenhuma pretensão além daquela que se restringe o tema específico, ou um grande desafio intelectual, político, e um desafio de futuro, um desafio para pensarmos o que fazer, certo? Com isso nos sentirmos, efetivamente, incomodado, todos nós, a ponto de fazer com que nosso dia a dia de pesquisa, nossa lavra em sala de aula possa iluminar essas e tantas outras questões que são caríssimas para cada um de nós, não é?

Então, eu estou aqui destacando para vocês um pouco da minha participação, inserção em pesquisa, como por exemplo, Observatório do Trabalho “Istívan Mészáros” (OTIM). Estamos começando um trabalho muito bonito, muito interessante. Na divulgação, o comentário e discussão e posicionamento a respeito de uma série de assuntos e questões que estão diretamente vinculadas aos desrespeitos, descumprimentos das leis, acordos coletivos, contratos, constituição e demais normativas legais e, conseqüentemente, aviltam as condições de trabalho e vida dos trabalhadores no Brasil.

Aqui está o endereço eletrônico, vocês podem acessar. Também lembro que no *site* do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT

<http://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/ceget/>) está disponível a Revista Pegada e todas as nossas publicações, as teses, as dissertações defendidas etc.

Bem, o assunto que se põe para essa Mesa Redonda, “Capital, Trabalho, Território e Sustentabilidade”, necessariamente nos coloca diante de uma missão e uma primeira pergunta. Por onde começar?

Então, eu diria para vocês, desde o meu ponto de vista, uma porta de entrada, seria a gente eleger os Conflitos Territoriais, e a partir disso, então, enxergar a sociedade por dentro; e enxergar a sociedade por dentro, desde o meu ponto de vista, nos põe diante de um grande desafio, que é compreender a trama da luta de classe. O que está acontecendo com isso que nós entendemos como sendo atividade laboral, como trabalho do ponto de vista, então, analítico e conceitual. Em outras palavras, o fluxo, as materializações desse movimento nos campos e nas cidades.

Podemos oferecer um entendimento crítico em relação às diferentes formas de expressão e manifestação do trabalho, ou uma análise das formas, vamos dizer assim, que se cristalizam no campo ou na cidade.

Eu não estou aqui querendo banir a especialização de ninguém; estou apenas tentando dizer para vocês o quanto que é importante a gente se dar conta da emergência e da urgência, não é? Da gente colocar em questão, vamos dizer assim, as verticalizações que nós estamos habituados a fazer até porque se a continuarmos enrijecidos com esse comportamento, muito dificilmente vamos conseguir explicar o que está se passando no interior do mundo do trabalho.

Do vídeo que o Beto Novaes acabou de apresentar para nós, diga-se, um trabalho brilhante do Beto, da equipe, não é, nos põe diante de imprescindíveis, pois, a degradação, o desrespeito e as atrocidades são tamanhas, que os trabalhadores se organizam para ser mandados embora, isso não é pouca coisa, não é? Isso não se espera, normalmente, pois a precariedade e a falta de perspectivas são tão grandes que forçar a saída do trabalho significa melhoria das condições de vida.

Então, já estamos preparados para focar uma greve, para entender uma greve, vê-la por dentro do conflito? Agora, se a gente não consegue compreender as mediações as quais os trabalhadores estão enxergando, onde efetivamente o calo está apertando, a gente fica sem entender, e exaltamos: poxa vida, uma greve para ser mandado embora!

Isso não se explica! Se explica sim, basta que tenhamos condições para entender as complexas tramas que fundamentam as contradições da estrutura societária da sociedade do capital.

Então, o que eu quero dizer para vocês é que essa opção que eu tenho tomado, vamos dizer assim, um caminho que a gente tem seguido é exatamente não termos tergiversado da essência ontológica do fenômeno do trabalho. O que isso quer dizer?

Eu estou querendo dizer para vocês que nós não podemos distanciar da materialidade do fato do trabalho, ou seja, como ele se expressa nos diferentes lugares, da forma que identifica cada uma das suas expressões nos lugares.

Então, veja, não é a ideia que eu faço de trabalho que tem que prevalecer. Estou querendo me antecipar a possíveis formulações idealistas e tentando dizer exatamente que a dimensão ontológica do trabalho, ou os conteúdos concretos, geográficos do ser que trabalha, as condições nas quais isso se efetiva é que tem que ocupar centralidade nas nossas análises.

E nisso eu acho que algumas imagens podem nos ajudar a refrescar um pouco os pensamentos, as reflexões que no dia a dia, por ventura, a gente já o faça, aqui coloco em primeiro plano, ou seja, os conflitos territoriais. Exatamente, para podermos perceber o movimento do trabalho por meio dos Movimentos Sociais Urbanos e Rurais. Então, cada vez mais essas ações estão acontecendo, esses fatos estão ocorrendo e nós muitas vezes não estamos conseguindo entender o fluxo como que essas materializações efetivamente se expressam. Quais são os seus conteúdos geográficos? Seus significados sociais?

Através desse mosaico ou a montagem dessas fotos, podemos nos aproximar de algo muito concreto em relação à luta pela terra, aos conflitos que emanam das lutas cotidianas dos trabalhadores espalhados pelo Brasil afora. Estão envolvidos trabalhadores que têm origem distintas, que migram, de diferentes porções do território brasileiro, que se deslocam que desenvolvem profissões diversas, ou atividades laborais diferenciadas ao longo do ano. De repente nós estamos entendendo que eles estão aqui, nesse momento, ocupando terra e muitas vezes não conseguimos entender exatamente quem são essas pessoas, sobretudo os diferentes percursos que fazem, os papéis que desempenham, sob diferentes condições de trabalho e de vida, porque somos treinados a

congela as imagens, ou a não entender a sociedade e a realidade do trabalho em movimento. E tudo isso sabendo que somos formados em Geografia, não é?

Estamos nesse processo, pelo menos uma outra parte dos meninos que estão aí realizando o curso etc. Mas, enfim todos nós somos treinados ou somos preparados não é, para entender a sociedade no movimento não é? Aí muitas vezes o nosso foco é um foco fotográfico, um foco hermético, e isso tem ocasionado muitas dificuldades, muitos problemas né.

Esse outro mosaico também pode expressar para nós as lutas mais recentes, voltadas explicitamente para assunto que o Beto Novaes brilhantemente puxou na apresentação, e com o documentário, especificamente, em relação ao agronegócio canavieiro. Isto é, nós temos por dentro da expressão fenomênica agroindústria canavieira no Brasil, situações envolvidas na luta pela terra. Nós temos trabalhadores que são assalariados, que estão cortando cana-de-açúcar, que reivindicam terra, nós temos trabalhadores que estão na terra e que reivindicam melhores salários, e também melhores condições de trabalho. O que dizer? Fingirmos que não é com a gente?

Então, na realidade nós temos um conjunto de coisas, que estão acontecendo, que são reais, e muitas vezes a não conseguimos explicar, por exemplo, qual é o nível, qual o conteúdo e os desafios da fluidez do trabalho, ou o movimento do trabalho que nos escapa porque não damos conta de explicar o que denominamos de plasticidade do trabalho? Isto porque a gente congela as imagens, ou seja, ou ele é camponês aqui, ou ele é assalariado ali, e muitas vezes ele, o trabalhador, é as duas coisas ao mesmo tempo.

Ao perdemos esse movimento e, conseqüentemente, o espaço de relações do trabalho, perdemos o conteúdo e os nexos espaciais do metabolismo social. E aí, evidentemente, deixamos passar ao largo o ordenamento territorial dos conflitos sociais, da luta de classes etc.

Situações como essas e tantas outras, vocês estão lembrados do Pinheirinho, em São José dos Campos, agora janeiro de 2012, quando os trabalhadores se organizaram e fizeram um paredão para defender suas casas, como ilustra esse *slide*. O conjunto complexo de relações que essa fato oferece, muitas vezes, nós entendemos como ação dos trabalhadores para se manterem no lugar. É claro que esse é o elemento principal,

agora os conteúdos sociais que dão identidade para essas pessoas, para esses trabalhadores, muitas vezes, se perdem nas nossas análises.

Ou então, situações concretas como a partir da pesquisa de doutorado, que eu estou tendo a felicidade de orientar, protagonizada pelo professor José Alves, Universidade Federal do Acre, na qual nos propomos entender a degradação do trabalho em obras públicas, nesse caso, a Hidrelétrica de Jirau, no Complexo Madeira, em Rondônia. Ou seja, estamos tendo a oportunidade de conhecer não somente o que acontece com o trabalhador migrante, porque 90% são de outros Estados, e é por conta desse processo de constante e expressivo de deslocamento de força de trabalho que as grandes obras públicas estão se viabilizando, no Brasil, e assumindo, pois, uma característica que se consagra, que é a degradação do trabalho.

Os consórcios que se constituem para dar cabo à construção das UHEs, são criados e, na maioria dos casos, quando há problemas, como o que ocorreu em março de 2012, quer dizer uma nova revolta, porque são duas seguidas - 2011 e 2012 - e, felizmente estivemos presentes nas duas, o Estado pressiona para o judiciário não intervenha. O que ocorre é o seguinte, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho, órgãos públicos competentes ou com prerrogativas constitucionais para proteger o trabalhador e fiscalizar o cumprimento da Constituição e das leis trabalhistas, não conseguem, muitas vezes, se movimentar desde o ponto de vista jurídico-institucional porque o consórcio, com apoio de setores do executivo federal e grupos políticos com força no pacto estatal, se safa de responder aos compromissos acordados.

O consórcio subempreita e/ou terceiriza para diversas empresas, fatias específicas das atividades contratadas, diluindo assim o que deveria estar centralizado ou sob sua responsabilidade direta, o que vai esgarçando as relações e os trabalhadores já não sabem mais quem são os patrões; os chefes/capatazes são escolhidos a dedo e as estruturas de controle são ao mesmo tempo rígidas e descentralizadas. Há uma estrutura de mando e de delação incrível, sendo que tudo isso é invisível e o nível de tensionamento, de desconfiança é impressionante. E, claro o níveis de degradação, descumprimento das leis trabalhistas, de contratos de trabalho, são por decorrência, absolutamente marcantes..

Ou então, situações, por exemplo, como os bolsões ou corredores migratórios, como em Codó, região dos Cocais no Maranhão - uma das regiões também estudadas pelo Beto Novaes - onde também me dedico a pesquisar, constata-se que a degradação do trabalho, vista pelos processos migratórios, com base nos últimos três anos, mediante o grande fluxo de trabalhadores para o Centro-Sul, até 2010, se direcionaram para o corte de cana-de-açúcar, para a colheita do café. Já, a contar o início de 2012 ano passado, do ano retrasado para cá, quer dizer dois anos somente, com mais ênfase em 2011, o maior fluxo dos trabalhadores que migraram desses bolsões migratórios do Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará) - onde mais tenho acompanhado mais de perto -, os trabalhadores estão se dirigindo para as obras públicas do PAC. E veja, não há informações, não há registros, nós não sabemos ou não temos, muitas vezes, como dimensionar esse processo, sendo que são situações concretas que estão acontecendo, quer dizer, o tecido social do trabalho continua invisível para nós.

Somente quando temos pesquisa, como no caso de Jirau, conseguimos conhecer alguns aspectos desses problemas, mas não conhecemos, na maioria dos casos, como foram se constituindo e se territorializando. Então, é interessante podermos completar esse entendimento, realizando nossas ações de pesquisas e, conseqüentemente, as reflexões a respeito das estratégias territoriais do capital.



Eu não tenho tempo para aprofundar com vocês, mas através do *slide* é possível percebermos algumas dicas para entender a amplitude das cadeias produtivas e como elas se refundem, ou como recondicionam suas estruturas societárias. Isso, vamos dizer assim, em cada lugar, e como se articula enquanto *joint ventures* para darem suporte a ações específicas, e aí quando atingem Estado Falimentar ou recuperação judicial, o Ministério Público do Trabalho, muitas vezes não tem nem como acioná-las, porque deixam de existir do dia para noite. Isso está acontecendo com tanta frequência no âmbito das obras públicas ou financiadas diretamente pelo PAC que não se trata mais de ocorrências isoladas, senão fato comum. Outro agravante é que não conseguimos trabalhar com essa velocidade e intensidade de ações precarizadoras do trabalho.

De fato, isso consolida o distanciamento comum nas nossas pesquisas, em Geografia, em relação à compreensão que nós temos do expansionismo e da ampliação da expansão do capital sobre novas terras ou a intensificação do empoderamento em torno da propriedade/posse da terra ainda ter um peso tão forte e marcante na luta de classes, no Brasil.

Pior, ainda, separamos esse processo da posse/aceso/controle da água, e esses conglomerados, para garantirem os investimentos e continuar apostando no expansionismo territorial, têm na água grande interesse estratégico. Sobretudo quando nós estamos aqui no evento de Geografia Agrária, e quando consideramos que nossos estudos têm que mostrar essas estratégias do capital e do Estado, ou dos setores hegemônicos. Apenas reforço, que tive a felicidade de estudar, em pesquisa anterior, que deu fundamento na minha livre-docência, o conceito de Polígono do Agrohídronegócio, por meio do qual tento explicar as articulações que o capital empreende quando se empodera sobre a terra e à água, ao mesmo tempo. O recorte territorial adotado e que compreende parte do Estado de São Paulo, Leste do Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Sul do Mato Grosso, Norte e Noroeste do Paraná, nos possibilita evidenciar que o poder sobre as terras têm significado real quando o associamos ao acesso às águas superficiais e, sobretudo, aos aquíferos, em particular ao Guarani, maior reserva subterrânea de água doce do mundo. Assim, a delimitação dos aquíferos é apenas para mostrar, na ilustração desse processo conjunto que eu estou querendo entender como Polígono do Agrohídronegócio, que o capital ao se consolidar enquanto proprietário de terra, também se consolida enquanto proprietário de aquífero. Esse é um desafio muito grande para nós.

Então, podemos perceber o quanto que a cobiça do capital está focada no Brasil, e também nas savanas africanas, pois nesse caso, são 400 milhões de hectares, e temos um movimento muito forte em nível internacional, mas se nós focarmos nossas atenções apenas no Brasil, acho que algumas explicações podem nos ajudar a entender, inclusive, as tendências e como se consolida esse processo histórico de a burguesia empoderar-se enquanto proprietária de terra e de água.

Outras faces perversas das estratégias territoriais do desenvolvimento do capital, nos ocupam diante dos desafios que temos para essa Mesa Redonda. Eu tenho discutido

muito com os meus orientandos, com o pessoal que trabalha comigo, bem como com outros pesquisadores e com membros do Ministério Público do Trabalho, e do Ministério Público Federal, situações particulares que garantem a produção mecanizada/quimificada da agricultura, no Brasil, que é o que está garantindo a permanência destacada de setores da burguesia agroindustrial, no Brasil, no cenário agroexportador, e o superávit primário etc. Mas os principais desafios em relação esse modelo de produção agropecuária voltada para a exportação, são a destruição de outros modelos de organização da produção de bens primários, sintonizados às comunidades tradicionais e modos de vida comunitários. Com isso, direta e indiretamente, estamos todo o dia comendo a nossa pitadinha de veneno. Todo dia estamos permitindo que tudo isso nos entre “pela boca”.

A situação gravíssima que nós vivemos no Pontal do Paranapanema é, desastrosa e lamentavelmente, uma realidade do Brasil. Nos assentamentos que fazem limites com as áreas de expansão recente de cana-de-açúcar, ainda que os camponeses queiram desenvolver/praticar atividades agroecológicas, elas são agroecológicas na intenção, porque na prática não conseguem ser. Isto porque, para terem noção, lá muito dificilmente vão encontrar um assentado ou uma família que esteja ainda extraindo mel, ou seja, a aplicação sistemática de venenos agrícolas ou agrotóxicos, ou inseticidas, praguicidas, nematicidas, maturadores etc., acabaram as abelhas, por que será? Será que as abelhas fizeram greve? Então, temos um conjunto de indicativos que, num evento como esse, teríamos que nos posicionar de forma contundente contra esse modelo destrutivo de produção agropecuária, ou seja, demonstrarmos que é um modelo condenado, Eu reitero que devemos nos posicionar contrários a ele.

Assim, é um absurdo os registros que temos desse processo destrutivo de territorialização dos monopólios e das práticas monocultoras, no Brasil. A isso não cabe somente denúncia, mas continuarmos acreditando que esse um modelo que não serve para os trabalhadores, e não serve para a sociedade. Esse é, pois, um divisor de águas para nós, pois nos põe vigilantes em torno das contradições e fissuras da luta de classes e, conseqüentemente, dos destinos que apostamos para a construção de uma sociedade liberta do capital.



Por outro lado, o patamar de degradação do trabalho, mediante a intensificação do ritmo e da extensão das jornadas também nos põem atentos à escala da dominação e das fissuras capital-trabalho. Assim, se tomamos como exemplo o corte manual da cana-de-açúcar, constatamos, através das nossas pesquisas, que o que se exigia em termos médios, homem/dia, nos anos 80, tínhamos de 7 toneladas, agora (2012) são 12,5, e os homens não ficaram mais fortes, ou não foram melhorados geneticamente para tal, não é?

Então, o que tem ocorrido são ações vinculadas àquilo que vamos dizer que é preestabelecido em relação à *performance*, tendo como base o aumento dos coeficientes técnicos da máquina. Isso é transferido para o que prescreve enquanto produtividade do trabalho no corte manual. Exatamente isso.

Ou então, situações desastrosas como essas degradantes ao extremo, também se expressam em outros setores, por exemplo, nos *Call Centers*. Porque se trabalha no ar condicionado, sentado, esse é, pois, um dos ramos de atividade que mais coleciona trabalhadores lesionados, e problemas vinculados à saúde mental. Então, não é pouca coisa. O caso da Atento, pertencente ao grupo Telefónica, que foi vendida semana passada, para terem uma noção do que estamos falando em termos de precarização do trabalho, essa é pois, a maior empresa empregadora, no Brasil (72.000 trabalhadores em 12 Estados da federação), e segundo informações iniciais, são milhares de casos de perturbações mentais que têm lesionado trabalhadores, na maioria com menos de 25 anos de idade. Essa é uma realidade do trabalho do século XXI.

Se não identificássemos como atividades diferentes, poucas seriam as diferenças entre tantos outros setores da atividade laboral, a começar pelo o setor cárnico ou de processamento ou frigorificação de carnes, pois é dos que mais degrada e mais mutila trabalhadores, ou ainda que mais produz doentes. Nossas pesquisas têm mostrado o quanto o capital destrói de forças produtivas, e apesar de ser uma contradição em termos, o mais importante é que desenvolver pesquisas nessas atividades é a única possibilidade que nos resta para entender a complexidade das relações de exploração do trabalho.

A mesma importância poderíamos delegar aos casos de trabalho escravo, ou então, situações que expressam as fragilidades que existem, desde o ponto de vista do

mercado de trabalho, as mudanças na rotina de trabalho e nas formas de organização dos processos de trabalho, e ainda os movimentos constantes que o capital impõem aos trabalhadores e que degradam, sem antes produzir implicações duradouras ao desemprego, ao descarte. Enfim, eu queria dizer para vocês o quanto que tem chocado as informações coletadas, junto a instituições de organizações respeitáveis, quando levamos em consideração o número de trabalhadores que adoecem e que morrem trabalhando, ou ainda que são contaminados, que são mutilados. Esses números assustam. Eu não sei quantos habitantes têm Uberlândia, mas aproximadamente uns 600 mil ou algo assim. Então, é como se nós tivéssemos, em termos comparativos, quatro Uberlândia's, morrendo de doenças relacionadas ao trabalho, no mundo, em 2008. Então, não é pouca coisa, quer dizer se morre um a gente fica preocupado, só que estão morrendo 2,4 milhões de trabalhadores.

Então veja, falar de capital, falar de trabalho, território e de sustentabilidade, nos põem com milhões de pulgas atrás da orelha. Eu acho que estou querendo transmitir a vocês que as pesquisas têm mostrado que o que nós queremos revelar de barbárie e de degradação, mostra efetivamente não há nenhuma possibilidade desse modelo de sociedade ser sustentável, nenhuma possibilidade, não é mesmo?

Como que nós podemos resgatar instrumentos teóricos, categorias, conceitos sem que nos dediquemos às pesquisas empíricas? A única solução que eu tenho a dizer para vocês é que eu não tenho solução, sei que somente as pesquisas poderão nos possibilitar entender a atualidade da barbárie que o capital impõe para toda a sociedade. Muitas vezes nós nos esquecemos de ponderar é que o que abate diretamente o trabalhador formal (agrícola/rural, urbano, industrial), já fez estragos nos informais, num processo sem fim. Assim, não enxergar como a flexibilização, fragmentação, informalização, quer dizer, todos os processos que rebatem diretamente sobre todas as especializações, com mais ou menos profundidade, muitas vezes não nos possibilita apreender o movimento do trabalho ou a plasticidade que territorializa e indica situações e condições laborais e político-ideológicas distintas. Isso é, pois, a essência do que vimos estudando no âmbito do CEGeT. Então, se nós queremos entender o trabalho, se a gente pretende operar com os recursos analíticos e metodológicos da Geografia do trabalho, nós temos que entender exatamente esses movimentos.

E aí, o que eu quero indicar para vocês é que estejamos com as atenções para o campo ou para a cidade, quando nos deparamos com a necessária compreensão desse movimento, esbarramos no que denominamos de irracionalidade sistêmica do capital. Esse não é um conceito qualquer. É uma síntese, vamos dizer assim, teórico-conceitual que a gente extrai das principais formulações marxianas, e passando fundamentalmente por alguns autores que têm verticalizado compreensões nessa direção. Eu citaria para vocês o Mészáros, talvez como o principal. Então, veja esse é um autor, que tem ajudado a gente a entender essas entranhas e o processo metabólico, estrutural.

O que eu quero deixar claro para vocês é que existe um interregno na história da humanidade que nós não podemos descartar; quer dizer a sociedade capitalista transformou o trabalho humano vivo em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. A força de trabalho transforma-se numa mercadoria, e esse corte nós não podemos descartar nas nossas análises. Nós temos que considerar, evidentemente, se nós nos propomos a focar a sociedade que nós vivemos a partir de um posicionamento crítico, emancipador ou emancipatório, como queiram, em termos de processo. Essa demarcação é extremamente fundamental para que não confundamos ainda mais o que existe de precário, o que existe de degradante ou de degradado no trabalho, enquanto se fosse uma relação geral para todas as situações. Porque se fazemos esse tipo de análise nos esquecemos, por exemplo, que nós podemos apostar em formas de organização do trabalho que sejam capazes de recompor a produção de valores de uso. Evidente, que tudo isso tem um conjunto de limitações, mas eu quero dizer para vocês que se nós temos posicionamento crítico radical em relação ao que está aí, nós não podemos perder essa referência teórica, ou seja, perdemos a nossa capacidade de fazer uma leitura crítica do movimento, e isso é importante deixar claro.

Com base nisso, muitas vezes não conseguimos entender que há a convivência entre processos, que ao mesmo tempo em que algumas situações/condições que criam, subordinam, que humanizam, mas degradam, que libertam e escravizam e por aí vai. Se nós não somos capazes de entender essa dialética, realmente podemos embarcar num barco furado. Afinal, o que está em disputa, efetivamente, é o modelo de sociedade. O que está em disputa, não é somente imaginarmos, olha eles estão produzindo para o

mercado aqui, ali estão produzindo para sustento próprio, subsistência, autoconsumo, ou qualquer outra expressão.

E eu quero concluir e dizer o seguinte: como disse no início da apresentação, estou fazendo uma apresentação, uma fala, baseada em pesquisas, experiências coletivas que, felizmente, têm possibilitado atuar conjuntamente com os meus alunos, mas em síntese, é uma autocrítica. Isso porque o mundo do trabalho só pode ser entendido a partir do momento que a gente coloca em questão a teoria que nós estamos utilizando, porque nós estamos percebendo que muitas vezes assumimos determinadas categorias *a priori* e aí nos desencarregamos de *amassar barro*. Assim, nós não nos propomos a entender exatamente o que está acontecendo. E aí, evidentemente, a gente produz ruídos, e vamos utilizar expressões caducas que não nos ajuda a explicar mais o movimento do trabalho na contemporaneidade.

E como nós vamos fazer a crítica radical, contundente a essa sociedade que está aí se nós não temos potência analítica? Parece que eu falo assim que é uma coisa tão fácil, não é mesmo? É todo um processo, todo um envolvimento teórico-político-ideológico.

Em síntese, o que eu quero dizer para vocês é que as pesquisas, a partir de um conjunto de sistematizações individuais e coletivas, nos têm possibilitado posicionar criticamente diante da sociedade, ias que isso, penetrar no tecido social. Será que os operários, os trabalhadores que protagonizam as lutas, se restringem às fábricas *fordistas*, ou seja, são esses trabalhadores, exclusivamente que teriam a incumbência de protagonizar o processo revolucionário? Eu não estou querendo dizer que não são esses, estou apenas afirmando para vocês, que não somente esses. E cada vez mais nós temos um tecido social do trabalho, complexo e ampliado, quer dizer um tecido de homens e de mulheres envolvidos em atividades laborais, que migram e que mudam constantemente de profissão, de territórios etc. São, pois, os responsáveis pelas lutas populares anticapitalistas, sendo que nós não estamos conseguindo capitar isso. Nós perdemos esse movimento. Então, pessoal, eu fico imaginando que os conflitos territoriais, podem ser uma porta de entrada para entendermos esse movimento do trabalho, que eu defino como *plasticidade* do trabalho. Esse conceito, reitero, nos tem ajudado a entender que o trabalho não acabou. Nunca se trabalhou tanto no mundo, e

sim o que está acabando é o trabalho regular, com direitos, ou o emprego formal, com registro em carteira. E com isso, o trabalho continua ocupando centralidade. Temos que dar visibilidade às diferentes formas de explicação, de controle, as doenças ocupacionais, enfim. E tornar visível esses processos.

Então, nós somos capazes sim de fazer isso. Agora tudo depende não somente de fazer essa ou aquela pesquisa, mas de fazê-la compromissada político ideologicamente engajada. Nesse sentido, várias perguntas se sucedem, por exemplo, quem são os homens e as mulheres, sujeitos revolucionários? Imagina falar de revolução, na Universidade! Temos que falar todos os dias da revolução. Todo o santo dia, porque se o nosso compromisso é fazer pesquisa para ajudar potencializar ações emancipatórias, esse é o caminho.

Ah! Vocês vão me perguntar que dia vai ser a revolução, e eu vou dizer para vocês, que não sei. Porque eu não sei mesmo. Eu não sei!

Era isso que eu tinha a dizer a vocês.

Muito obrigado pela atenção e até a próxima!